

ESTRUTURAÇÃO AGROECOLÓGICA NO AMBIENTE INSTITUCIONAL DO AMAPÁ: O VELHO, PROMOVENDO O NOVO

Structuring Agroecology in Amapa institutional environment: the old promoting the new

Ana Karolina Lima Pedrada¹, Oriana Trindade de Almeida², Sérgio Luiz de Medeiros Rivero³, Tiago Idelfonso e Silva Pedrada⁴

¹ Docente do Instituto Federal do Amapá. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação do Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPDSTU) da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Brasil. Orcid 0000-0001-7763-9249 e [mail ana.lima@ifap.edu.br](mailto:ana.lima@ifap.edu.br)

² Docente do Programa de Pós-Graduação do Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPDSTU) da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Brasil. Doutora em Ciências Ambientais pela University of London, UL, Inglaterra. Orcid 0000-0002-4254-7982 e [mail orianaalmeida@gmail.com](mailto:mail.orianaalmeida@gmail.com)

³ Sérgio Luiz de Medeiros Rivero. Docente da Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Brasil. Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPDSTU) da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Brasil. Orcid 0000-0002-7723-2497 e [mail sergiolmrivero@gmail.com](mailto:sergiolmrivero@gmail.com)

⁴ Tiago Idelfonso e Silva Pedrada. Docente do Instituto Federal do Amapá. Mestre em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá, Macapá, Brasil. Orcid 0000-0002-0647-6232 e [mail tiago.pedrada@ifap.edu.br](mailto:mail.tiago.pedrada@ifap.edu.br)

RESUMO

Este artigo tem como objetivo entender o papel do agricultor familiar do Amapá como força impulsionadora na formação de um ambiente institucional agroecológico em nível estadual, a partir do diálogo entre estes e os agentes institucionais do estado. O trabalho foi feito, com base na análise documental e em entrevistas abertas e semiestruturadas, com agentes que participaram da formação da Política Estadual de Agroecologia do Amapá, da Comissão Produção Orgânica, e com lideranças de agricultores familiares. O resultado mostrou que houve evolução na estruturação do marco legal da agroecologia. No processo, os agentes do governo relataram baixa participação dos movimentos sociais agroecológicos estruturantes, enquanto os agricultores relataram necessitar de um diálogo mais próximo. Desde 2017, essa relação evoluiu e os instrumentos para a construção de políticas foram consolidados, resultados da presença social cada vez mais ativa das comunidades tradicionais na formação de um novo ambiente institucional.

Palavras-chave: Agroecologia, Populações tradicionais, Política pública, Agricultura familiar.

ABSTRACT

This article aims to understand the role of Amapa's family farmer as a driving force in the formation of an agroecological institutional environment at the state level, based on the dialogue between them and institutional agents of the state. A document analysis and open and semi-structured interviews were carried out with agents who participated in the formation of the Amapa's State Policy on Agroecology, Organic Production Commission and leaders of family farmers. The result showed that there was an evolution in the structuring of the agroecology legal framework. In the process, government agents reported low participation of structuring agroecological social movements. On the other hand, farmers reported needing a closer dialogue. Since 2017, this relationship has grown and the instruments for building policies have been consolidated, as a result of the active social presence of traditional communities in the formation of a new institutional environment.

Keywords: Agroecology, Traditional populations, Public policy. Family farming.

INTRODUÇÃO

A agroecologia vem se englobando à práticas importantes de produção agrícola e de reprodução social, sendo vista como uma alternativa de agricultura sustentável, que visa ao fornecimento de alimentação saudável para a população, através de um conjunto de práticas ecológicas promovidas por pequenos agricultores.

A consolidação da agroecologia no Brasil foi um longo processo, iniciado nas décadas de 1980-1990, com base na capacitação de agricultores e de técnicos e na experimentação mútua ou compartilhada (NIEDERLE et al., 2019), que culminou com um primeiro grande marco legal: a criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), em 2012, gerida pela Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) e pela Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO), a qual induziu e influenciou a criação de Políticas Estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO) no bojo da institucionalização da agroecologia nos estados brasileiros. A agroecologia se consolida como um movimento social no Brasil, alicerçada pela resistência à hegemonia do agronegócio, estabelecida no país desde a adoção das práticas tecnológicas aplicadas na agricultura, na Revolução Verde (CHECHI, 2017).

Entretanto, a construção dos marcos regulatórios da Agroecologia e da produção orgânica não se deram somente com base nas ações de governo, vêm se consolidando como o estudo integrativo da ecologia dos sistemas alimentares, que, abrangendo as dimensões sociais e políticas, estabelece espaços de diálogos entre camponeses, com seu conhecimento tradicional ancestral, e acadêmicos, com seu conhecimento científico (FRANCIS et al., 2003; MÉNDEZ; BACON; COHEN, 2013). As políticas públicas voltadas para a regulamentação da Agroecologia no Brasil estão sendo marcadas pela atuação de movimentos da sociedade civil como movimentos sociais, sindicais e acadêmicos e fazem parte da história das mobilizações de populações rurais tradicionais, que enfrentaram tendências históricas de marginalização e de precarização de suas condições de vida, com os objetivos de propor e de implementar alternativas ao modelo de agricultura convencional ensejado pela Revolução Verde (GUÉNEAU et al., 2019a; TROVATTO et al., 2017).

No segundo semestre de 2021, 19 estados brasileiros possuíam seus marcos regulatórios aprovados como Lei ou com aprovação em andamento. Destes, 13 estados já possuíam suas PEAPO estabelecidas. A trajetória dos estados no processo de aprovação destas políticas tem caráter peculiar e inerente a cada realidade. Enquanto os primeiros marcos regulatórios estaduais, criados no RS, no PR e em MG, foram fortemente ancorados por movimentos sociais e finalizados apenas dois anos, após a promulgação das leis em nível federal (2014), outros estados só finalizaram este processo quase 10 anos depois (GUÉNEAU et al., 2019a; NIEDERLE et al., 2019; SABOURIN; SILVA; ÁVILA, 2019).

No Sul e no Sudeste do país, a institucionalização da Agroecologia foi impulsionada principalmente por um universo heterogêneo de organizações não governamentais, de movimentos sociais e de organizações de agricultores familiares (NIEDERLE et al., 2019). Nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste do país, as políticas públicas para a Agroecologia foram impulsionadas pela necessidade de fomento às agriculturas alternativas promovidas pelos agricultores familiares, face ao processo acelerado de modernização do campo, em que os movimentos sociais foram assumindo um caráter cada vez mais político. Na Região Nordeste, o processo se desenvolveu, a partir da necessidade de os agricultores familiares terem acesso a tecnologias para trabalhar no Semiárido, enquanto, na Região Norte, nasceu da crítica ao processo de modernização da agricultura e a seus efeitos na Amazônia brasileira, associada às lutas dos povos tradicionais em defesa de seus territórios (NIEDERLE et al., 2019; SABOURIN; SILVA; ÁVILA, 2019; SAMBUICHI et al., 2017).

Assim, apesar dos instrumentos políticos de apoio e de incentivo em nível nacional, as trajetórias de implantação do sistema político para a Agroecologia nos estados têm caminhos peculiares e, muitas vezes, fortemente ancoradas no papel da agricultura familiar, em que estes atuam como agentes ativos (ou não) na promoção de um ambiente institucional agroecológico, podendo impulsionar o desenvolvimento, vinculado à produção agroecológica.

Esse trabalho tem como objetivo entender o papel do agricultor familiar na formação de um ambiente institucional agroecológico no estado do Amapá, a partir do diálogo com agentes institucionais e com líderes de agricultores familiares envolvidos no processo. O trabalho parte da hipótese de que o agricultor familiar amapaense é ativo e influente na formação do ambiente institucional agroecológico do estado. Este trabalho é relevante porque são poucos os estudos voltados para as políticas e programas estaduais visando entender quais são as conceituações da Agroecologia apoiadas pelos atores e os processos por meio dos quais as ideias agroecológicas são incorporadas pela ação pública (GUÉNEAU et al., 2019).

METODOLOGIA

Inicialmente, a pesquisa partiu de análises documentais, que se basearam nos decretos e nas leis da Presidência da República do Brasil e do estado do Amapá; nas atas de reuniões do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), referentes à formação e à atuação da Comissão de Produção Orgânica (CPOrg) do Amapá; e nos documentos da Secretaria de Desenvolvimento Rural do estado (SDR-AP), como o banco de dados dos agricultores familiares e o Relatório de Elaboração e Sistematização da PEAPO do Amapá.

Em seguida, foram realizadas entrevistas abertas, via reuniões on-line ou e-mail, com nove agentes que trabalham nos órgãos de assistência técnica e de extensão rural e que participam ativamente da CPOrg-AP e da PEAPO-AP, com a devida anuência prévia do Conselho de Ética na Pesquisa (CAAE: 38065120.0.0000.0003). As entrevistas ocorreram no ano de 2021 e duraram cerca de cinquenta minutos, cada uma. Nessas entrevistas, foram abordados temas, como políticas públicas, incentivos, prognósticos e dificuldades enfrentadas em uma possível estruturação institucional e fortalecimento social das comunidades propulsoras do desenvolvimento rural no estado.

Esses agentes pertenciam aos órgãos institucionais SDR-AP, MAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Macapá, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Instituto de Desenvolvimento Rural do

Amapá (RURAP). Dado o pequeno número de envolvidos no tema da Agroecologia no ambiente institucional amapaense, no presente trabalho, são apresentadas as falas dos(as) entrevistados(as), sem referência à instituição, a qual estavam vinculados(as), de forma a garantir o anonimato.

Para conhecimento de campo e para observação, foram feitas visitas informais prévias a cinco comunidades agrícolas localizadas na área rural de Macapá, capital do estado, que produzem alimentos com práticas agroecológicas e que recebem algum tipo de assistência técnica de um dos órgãos presentes na CPOrg-AP. Essas comunidades são: Polo da Fazendinha; Mini polo da Fazendinha; Comunidade do Coração; Comunidade do Trem; e Comunidade do Km 09. Por fim, também foram entrevistados(as), *in loco*, líderes destas comunidades no ano de 2021. Nessas entrevistas, que duraram em média uma hora, foram abordados temas, como trajetórias históricas, participação em movimentos sociais, acesso a créditos rurais, uso de práticas agroecológicas, saberes tradicionais e necessidades e anseios no campo. Também se abordaram, junto a estas lideranças comunitárias, tanto temas levantados pelos agentes assistencialistas quanto os que foram identificados no Relatório de Elaboração e Sistematização da PEAPO-AP da SDR-AP.

Para efeito de organização das falas, os agentes de assistência técnica dos órgãos entrevistados estão identificados, na pesquisa, com letras e os líderes agrícolas, com números. De posse dos dados levantados, foi feita a interpretação do conteúdo, lendo e transcrevendo integralmente as entrevistas, a fim de obter respostas aos questionamentos inicialmente levantados na pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No estado do Amapá, o cenário de estruturação de políticas para a Agroecologia é historicamente marcado pela forte presença da agricultura familiar e sua luta pela existência e resistência pela terra, que busca democratizar a produção e consumo trazendo à luz a Agroecologia no estado, sensível à qualidade das relações sociais dado sua territorialidade (FERNANDES, 2002; WANDERLEY, 2014).

No Amapá a Revolução Verde, que introduziu técnicas de produção tidas como modernas (automatização do campo, uso de agrotóxicos, de fertilizantes químicos ou Organismos Geneticamente Modificados), não ocorreu em sua totalidade, dado os contextos de formação sociocultural, ambiental e econômico da região (COSTA, 2000; MATTOS et al., 2010). Assim, a inacessibilidade a pacotes tecnológicos, por parte dos agricultores familiares amapaenses, acabou fortalecendo o uso de práticas agroecológicas tradicionais na região, representando uma oportunidade de adequação às normas orgânicas previstas em Lei. Serão dois os instrumentos legais a serem analisados nesta pesquisa: a construção da CPOrg-AP e a construção da PEAPO-AP.

A Comissão de Produção Orgânica (CPORg), quando implantada e ativa nos estados brasileiros, é formada por representantes do setor público e por entidades da sociedade civil. Além das atribuições previstas em lei, essa comissão também lidera levantamentos e diagnósticos da agricultura familiar, quanto à capacidade de formação ou fortalecimento de organizações sociais, para a possível formação do Sistema Participativo de Garantia (SPG) ou Organização de Controle Social (OCS), em consonância com a Instrução Normativa nº 13/2015/MAPA e com o Decreto nº 6.323/2007, que dispõe sobre a Agroecologia e produção orgânica. De acordo com MAPA, no segundo semestre de 2021, todos os estados brasileiros, mais o Distrito Federal, já tinham uma CPOrg implantada e ativa em suas regiões, fortalecendo e apoiando principalmente os pequenos agricultores familiares, que buscam produzir produtos orgânicos com bases agroecológicas.

A primeira CPOrg-AP foi estabelecida em agosto de 2012, pela portaria nº 66, da SE/SFA/MAPA/AP, por pressão da EMBRAPA, um dos órgãos mais atuantes nas áreas agroecológica e orgânica no estado. Essa comissão era constituída por membros do MAPA, da EMBRAPA, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), da Agência de Defesa Agropecuária do Amapá, da RURAP, da Universidade do Estado Amapá (UEAP), do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA) e por líderes dos horticultores familiares residentes na área chamada Cinturão Verde, localizada na área rural do município de Macapá. Porém, por falta de efetividade, o mandato

dos membros não foi continuado, conforme preestabelecido por lei, ficando a CPOrg-AP inativa, até o ano de 2017.

A segunda tentativa de reconduzir a CPOrg-AP ocorreu em outubro de 2018 na SFA/MAPA, mais uma vez, articulada pela EMBRAPA. Na primeira reunião desta segunda tentativa, foi apresentada a necessidade da atuação de uma CPOrg no estado e foi discutida a carência de atuação das instituições não governamentais nos interesses institucionais, ligados à Agroecologia. Nas duas reuniões seguintes (novembro e dezembro de 2018), foram feitos o delineamento, a construção e a aprovação do regimento interno da CPOrg-AP, bem como foi feita a sua divulgação para a comunidade externa, a partir de seminários promovidos pelas instituições envolvidas. Após a divulgação, surgiu o interesse de instituições não governamentais, como cooperativas, grupos ou associações de povos tradicionais (agricultores familiares, quilombolas, ribeirinhos e indígenas), em participar das reuniões.

Quase sete anos depois da primeira tentativa, em junho de 2019, uma nova CPOrg-AP foi instituída, através da Portaria nº 85, da Secretaria Executiva da Superintendência Federal de Agricultura do Amapá (SE/SFA/MAPA/AP), e, em setembro de 2019, através da Portaria nº 137, da SE/SFA/MAPA/AP, foi publicado o regimento interno da comissão no Diário Oficial da União, determinando suas atribuições. A nova formação da CPOrg-AP é composta por 19 entidades, divididas entre membros titulares e suplentes: sociedade civil (12 organizações); governo federal (4 organizações); governo estadual (3 organizações), mostrando um aumento expressivo da participação social na construção do ambiente institucional de incentivo à Agroecologia, proporcionando maior viabilidade na CPOrg-AP e pretensão de construção de diálogos mais articulados e mais democráticos entre os atores.

Atualmente, a CPOrg-AP tem a função de auxiliar os agricultores familiares que trabalham com Agroecologia, apoiando-os e capacitando-os na transição agroecológica, na venda de produtos ecológicos, além de buscar adequar as estratégias de manejo às normas de produção orgânica, bem como viabilizar a formação legal de uma OCS ou SPG, a partir do fortalecimento da organização social dos agricultores. Todavia, a CPOrg-AP não é uma

instituição atuante no estado, e conseqüentemente, não foi ativa na construção da PEAPO-AP. A sede do MAPA no estado, com sua cultura institucional instalada, não busca fortalecer laços com os agricultores familiares da região, limitando-se apenas como um agente regulador. Em regra geral, com exceção dos estados do RJ e AM, as CPOrg-UF não foram ativas na construção das PEAPO-UF, porém, em alguns casos (RS, PA, DF, PR, SP) os atores que circulam na CPOrg também circulam nos espaços específicos dedicados à construção das PEAPO (NIEDERLE et al., 2019), assim como aconteceu no Amapá.

Quanto à construção das PEAPO-UF no Brasil, na região Norte do país, três estados se destacam quanto na construção da PEAPO: o Amazonas, Pará e Amapá, todos consolidados pelas práticas tradicionais em defesas territoriais. As discussões sobre a institucionalização da Agroecologia no território brasileiro, foram promovidas predominantemente promovidas por agricultores familiares produtores de movimentos agroecológicos, organização privada de produção orgânica e/ou setor público (SABOURIN; SILVA; ÁVILA, 2019). No Amazonas e no Pará, esta construção foi impulsionada por movimentos sociais, e mesmo havendo coalizões (alguns movimentos apoiam uma representação da Agroecologia capitalizada e outros defendem uma visão politizada), os atores se reuniram para enfrentamento ao agronegócio tradicional (NIEDERLE et al., 2019). Já no estado do Amapá, a construção da PEAPO foi impulsionada pela SDR e pela EMBRAPA.

O Amazonas é o único estado na região Norte cuja Lei estadual é regulamentada, com sua primeira versão promulgada em 2015, porém, em decorrência de críticas formuladas por movimentos sociais quanto à falta de participação de entidades agroecológicas no processo de construção do PL e diante da sua fragilidade no entendimento dos processos, culturas locais e suas características de produção, uma nova lei foi elaborada e promulgada em 2018 (GUÉNEAU et al., 2019a). No Pará, o estado conta com uma vasta experiência no que condiz Agroecologia e produção orgânica promovida pelas comunidades tradicionais (ASSIS; PIRAUX; AZEVEDO, 2019). Estas experiências datam desde 1993, quando o Grupo de Assessoria em Agroecologia na Amazônia (GTNA) iniciou processos de difusão do conceito agroecológico nas comunidades rurais e no meio

técnico. Mas a discussão sobre a construção da PEAPO-PA é recente em decorrência de a força política estadual ser desfavorável à Agroecologia e à agricultura familiar entre o período de 2011-2018 e favorável ao agronegócio (NIEDERLE et al., 2019). Apesar do cenário político, esta construção aconteceu em 2019, mas com pouca participação social, limitando-a aos canais digitais da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP-PA), órgão responsável pela construção. Atualmente a minuta do PL encontra-se com a Procuradoria Geral do Estado.

No estado do Amapá, as discussões sobre a Agroecologia iniciaram 2003, com a atuação do SEBRAE e da EMBRAPA, na execução do projeto de caráter agroecológico *Gestão Orientada para Resultados*, nas comunidades rurais e o processo de construção da PEAPO-AP foi intensificado a partir de 2016, dado a necessidade de institucionalizar a produção agroecológica já existente no estado, a fim de criar um mercado. A falta da PEAPO no estado, segundo um assistencialista “[...] inviabilizava a organização da produção e a pretensa certificação dessa para comercialização e promoção do desenvolvimento sustentável na região pautado na Agroecologia” (relato pessoal de F, 2021). Outros incentivos também foram apontados, pelos técnicos assistencialistas entrevistados como importantes para a construção da política, como o comprometimento dos agricultores familiares com a Agroecologia, além do fomento ao empreendedorismo agrícola e o fortalecimento das cadeias produtivas locais.

Em princípio, esta visão mercantilista de produção e comercialização dos assistencialistas, de caráter hegemônico do produto produzido pelo agricultor familiar é reducionista, contrapondo ao conceito de Agroecologia, que, em sua essência, busca territorializar a produção agrícola de base ecológica a partir da emancipação dos sujeitos heterogêneos que compõem a agricultura familiar, e que promovem a soberania alimentar, a democracia a sociobiodiversidade, a tradicionalidade e a equidade (CAPORAL; COSTABEBER, 2004; GLIESSMAN, 1998; PETERSEN; WEID; FERNANDES, 2009). Essa diferença conceitual exemplifica as tensões internas no debate sobre Agroecologia produzido entre diferentes movimentos sociais do campo e formuladores de políticas (NIEDERLE et al., 2022), o que

também ocorreu no estado do Amapá. E apesar dos conflitos de interesses (os agricultores familiares almejavam autonomia local, as organizações privadas almejavam a certificação orgânica como diferencial de comercialização de produtos enquanto o setor público almejava o atendimento de um requisito político), estes conseguiram interagir, construindo uma rede social a favor da Agroecologia e produção orgânica no estado.

O órgão escolhido pela então CNAPO para presidir a construção da PEAPO-AP foi a SDR, que contou com o apoio da EMBRAPA. A primeira versão da minuta do Projeto de Lei (PL) da PEAPO-AP foi elaborada no primeiro semestre de 2017, pela SDR, que coordenou a construção da política e articulou as instituições públicas e as organizações privadas, que possuíam atribuições afins ou que atuavam com o tema no Amapá. A proposta foi estruturada, determinando os objetivos, as diretrizes, os instrumentos legais e as competências e o objetivo foi de promover o desenvolvimento rural sustentável, baseado no fortalecimento das unidades econômicas de base agrícola familiar, por meio da valorização dos papéis ecológico, econômico e social, através da Agroecologia e da produção orgânica. Suas diretrizes foram baseadas na segurança e na soberania alimentar, na conservação dos ecossistemas naturais, na implementação e na manutenção da Agroecologia, na valorização da agrobiodiversidade e no fortalecimento da agricultura familiar. Os instrumentos legais propostos para esta construção foram: Plano Estadual de Agroecologia; produção orgânica e sociobiodiversidade; produção, comercialização e consumo; ensino, pesquisa e assistência técnica e rural; convênios, termos de cooperação e certificação orgânica; e, medidas fiscais.

Ainda em 2017, a SDR enviou esta primeira proposta para 27 membros institucionais envolvidos com as questões agroecológicas. Esses membros representavam a sociedade civil (dez organizações) e governos federal (sete organizações) e estadual (dez organizações), e sua avaliação tinha, como finalidade, obter retorno, com proposições e com sugestões construtivas. Destes, apenas dois órgãos retornaram com sugestões (MAPA e EMBRAPA), gerando a segunda versão da proposta do PL. O retorno limitado das sugestões mostrou o baixo nível de engajamento da participação local na estruturação do segmento, neste primeiro momento. Nesse período, os agricultores familiares ainda não se mostravam engajados no

processo participativo na construção da política. A PEAPO-AP precisava articular e organizar a categoria destes produtores, a fim de dar suporte às articulações políticas para a Agroecologia. “Este envolvimento da organização social se faz necessário para promover melhores índices econômicos e sociais, nas dinâmicas de avaliação e monitoramento, que são essenciais para a gestão, e no fortalecimento e a retomada dos rumos entre todos os sujeitos envolvidos” (relato pessoal de E, 2021).

Essa etapa da estruturação da PEAPO-AP foi marcada pela dificuldade de organização das instituições, junto aos agricultores familiares que atuavam na produção agroecológica, tendo ocorrido uma demora na resposta dos agricultores e, conseqüentemente, no diálogo entre estes e as instituições estaduais, relativamente ao componente político. Os primeiros acessos à minuta deste PL, pelos atores locais da agricultura familiar, deram-se na disponibilização do documento em formato digital no sítio do governo do estado, entre os meses de setembro e de novembro de 2017, com ampla divulgação nas rádios locais, a fim de receber contribuições da sociedade. Porém, o uso do domínio digital para divulgação e para participação dos atores sociais da região proporcionou pouca eficiência ao processo, dado o acesso limitado dos públicos-alvo aos canais digitais do estado.

A pouca participação social, de acordo com as entrevistas, também se deu pela “[...] dificuldade que esses grupos têm de se trabalhar coletivamente e em função das divergências no que se refere aos conceitos universais sobre Agroecologia e produção orgânica” (relato pessoal de G, 2021). Por outro lado, em entrevista com lideranças dos agricultores familiares, as justificativas eram outras. Estes argumentaram que a baixa procura da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) era consequência da falta de acompanhamento destes, alegando que os órgãos (MAPA, SDR e RURAP) eram estruturas ausentes nas comunidades, para fins de desenvolvimentos social, econômico e ambiental, a partir da sua produção.

É necessário destacar os desmontes das políticas públicas agrárias no Brasil, como a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2016 e da CNAPO em 2019, e a recente conversão do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural em

Departamento de Desenvolvimento Comunitário (2020), deixando evidente que, em benefício dos setores tradicionais do agronegócio exportador, há uma pretensão federal em desconstruir o quadro institucional agroecológico sob a justificativa de que as commodities, sustentaram não apenas a agricultura familiar, mas, sobretudo, os segmentos desta categoria, construindo, ao longo dos últimos anos, os modelos mais inovadores de produção e consumo sustentável (GUÉNEAU et al., 2019a). Além disso, os recursos destinados à agricultura familiar foram reduzidos e várias políticas paralisadas, toma-se como exemplo, a redução orçamentária de nos projetos de ATER, que foi de 600 milhões em 2015, para 31 milhões no orçamento de 2021, com a justificativa que o governo tem de apostar no ATER Digital, o que não é a realidade dos estabelecimentos familiares do Amapá. Estes indicadores justificam a ausência da assistência rural, limites que a hegemonia dos interesses do setor do agronegócio impõe à elaboração e implantação de políticas estruturantes para o desenvolvimento rural fundamentadas na Agroecologia (GOLLO e OLIVEIRA, 2021; GUÉNEAU et al., 2019a).

Outra problemática identificada na pesquisa foi uma percepção quanto às dificuldades burocráticas enfrentadas com a ATER. Em relatos com a liderança dos agricultores, “o MAPA e a SDR num tão nem aí pra nós. Só vem aqui pra comprar. É papel demais pra preencher, a gente acaba se perdendo. Eles nem fiscalizam quem usa e quem não usa agrotóxico. Eles deviam vir aqui andar, olhar, orientar, ajudar a fazer biofertilizante, compostagem.” (relato pessoal de 01, 2021). Este fenômeno não é exclusivo da região. A introdução de manuais e formulários extensos nos órgãos assistencialistas resultou em uma concentração excessiva nas rotinas de avaliação, em detrimento das práticas, técnicas e ações educativas que apoiam as transições agroecológicas nas arenas técnicas, dificultando os processos de obtenção de auxílios para os agricultores, além da limitada prestação de serviços de extensão rural prestada para comunidades locais dado o orçamento reduzido no segmento da extensão rural. Isso fez com que as organizações sociais que trabalharam pelo reconhecimento agroecológico, começassem a discutir a eficácia do sistema de extensão rural, mesmo sendo participativo dentro das suas limitações (NIEDERLE et al., 2022).

Mesmo assim, uma nova tentativa de construção da terceira versão do PL foi feita, a partir de audiências públicas, promovidas pela SDR, em parceria com a RURAP e com a EMBRAPA, as quais foram realizadas no interior do estado, quando, a fim de contemplar 11 dos 16 municípios do Amapá (municípios de maior dificuldade logística), entre os meses de abril e de setembro de 2018, a SDR realizou audiências em várias regiões do estado, para efetivar a participação da sociedade civil no conhecimento e na finalização da construção da Lei. A SDR dividiu a região em três territórios: Norte (Calçoene, Amapá, Pracuúba e Tartarugalzinho); Centro-Oeste (Ferreira Gomes, Porto Grande, Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio); e Sul (Mazagão, Laranjal do Jari e Vitória do Jari). Adicionalmente, foram incluídas as grandes regiões metropolitanas (Macapá e Santana) e mais duas áreas mais remotas (Cutias, Itaubal), que foram incluídas nas regiões metropolitanas. Foram realizadas audiências nos três territórios e na capital do estado, com participação de 388 agricultores familiares, em que 153 eram do território Centro-Oeste, 142 do território Sul e 93 do território Norte. Da região metropolitana, participaram 97 agricultores familiares.

De acordo com os entrevistados, no momento da primeira audiência, as narrativas dos agricultores familiares que contribuíram para a construção da PEAPO-AP foram construídas, a partir das experiências nos movimentos da agricultura familiar, considerando uma iniciativa, na região, que defende a cultura de produção tradicional ancestral do segmento. Essa audiência criou oportunidade para uma “[...] reflexão junto aos participantes para buscar entender melhor suas perspectivas sociais e locais” (relato pessoal de I, 2021).

De acordo com os documentos analisados e com as entrevistas, os agentes assistencialistas e agricultores também levantaram outros temas nas audiências públicas, apresentados pelos agricultores presentes, como as divergências na própria definição de Agroecologia e na diferença desta, em relação à produção orgânica, os quais foram pautados na PNAPO. Foram identificados dois grupos: agricultores familiares que entendem que a diferença entre produção convencional e produção agroecológica se resume à utilização (ou não) de produtos químicos na produção; e outro grupo, que entende que a produção agroecológica também tem a ver com as práticas tradicionais usadas na produção, que ajudam na preservação

ambiental. Neste cenário, percebe-se uma visão técnica do que é Agroecologia, dado o uso (ou não) de práticas sustentáveis nos estabelecimentos familiares, e outros com uma visão mais social e ideológica, entendendo que a Agroecologia é mais que um conjunto de técnicas de produção, com caráter político, que luta contra a hegemonia do agronegócio com a preservação e extensão dos conhecimentos tradicionais e sua relação com a terra (GLIESSMAN, 2008; NIEDERLE et al., 2022; ROSSET e ALTIERI, 2018). Esse fenômeno também foi visto em outros estados, quando as definições de Agroecologia incorporadas pela maioria das PEAPO revelaram ideias amplas, sugerindo processos de construção de conceitos, para incorporar as particularidades de cada grupo social, e permitindo adaptações, para destacar práticas sociais específicas à realidade de cada estado (GUÉNEAU et al., 2019b).

Durante as audiências no Amapá, foram feitos trabalhos metodológicos e didáticos, para a promoção de nivelamentos, referentes aos conceitos debatidos no PL, após os quais foi proposto, à sociedade civil, que formassem grupos de trabalho, com a finalidade de dar contribuições para o PL, a partir de suas vivências e de seus conhecimentos. Estas dinâmicas tiveram o objetivo de promover uma coalização da Agroecologia identificada como uma comunidade epistêmica (SABOURIN; SILVA; AVILA, 2019). A SDR buscou dinamizar as reuniões, com a formação de grupos de trabalho entre os participantes, de acordo com o grau de afinidade. Foram criados quatro grupos, considerando os instrumentos legais propostos no PL: sociobiodiversidade (representou 33% de todas as contribuições levantadas nas audiências); produção, comercialização e consumo (22%); ensino, pesquisa e assistência técnica rural (20,5%); convênios, termos de cooperação e certificação orgânica (14%); e medidas fiscais (10,5%) (SDR, 2018), que buscaram estimular uma reflexão coletiva, identificando desafios para o desenvolvimento da Agroecologia e elaborando propostas para criação e aprimoramento da política, dando ênfase à realidade da agricultura familiar e da Agroecologia na região. Este fato é importante ressaltar, pois os modelos de assistência técnica na Amazônia sempre devem ser sensíveis às realidades locais e levar em consideração

os aspectos socioculturais, limitações e potencialidades que cada comunidade tradicional é capaz de impactar positivamente os locais onde são aplicados (CORREA et al., 2020).

Por este motivo, no eixo sociobiodiversidade, as sugestões foram baseadas na integração dos conhecimentos das populações tradicionais locais do estado do Amapá e dos conhecimentos científicos, de forma a gerar técnicas de produção dinâmicas, locais e eficientes. A ideia principal deste eixo foi de unir o conceito científico de Agroecologia e incorporar os saberes ancestrais aos científicos já presentes na região. As sugestões do grupo foram inúmeras: mapeamento e troca de experiências, no que se refere aos sistemas agroflorestais existentes nas comunidades; aproximação entre as instituições de ensino e as comunidades tradicionais, para a troca de experiência existentes; promoção de pesquisas com plantas medicinais, com as quais a população já trabalha; e promoção de treinamento, quanto ao uso de produtos fitossanitários em suas propriedades.

No eixo produção, comercialização e consumo, a meta foi ampliar e fortalecer a produção, manipulação e processamento de produtos orgânicos e de base agroecológica. Nesse eixo, foram identificadas divergências, no que se refere à função social, em relação à criação de um canal verde: um grupo entendeu que o objetivo da política seria desenvolver um canal de vendas diferenciado, cujo objetivo único seria a venda de produtos com maior valor agregado; e outro grupo apresentou uma visão menos empresarial da comercialização, baseada na promoção de circuitos curtos de comercialização, mantendo vínculos com o consumidor e resgates de culturas alimentares. Este fenômeno também foi encontrado no Distrito Federal, principalmente entre os líderes das organizações privadas ou nos “agricultores empreendedores” (SABOURIN; SILVA; ÁVILA, 2019). Estes conceitos mais capitalistas são contraditórios aos conceitos de Agroecologia, uma vez que promovem a mercantilização do produto, reorganizando a divisão espacial de trabalho com a não promoção de comercialização de canais curtos de comercialização e produtos e a não democratizando o direito à alimentação saudável.

Entende-se que a ATER deve apoiar processos de comercialização em feiras locais e regionais, mobilizando infraestruturas necessárias para transporte e venda dos produtos, porém, é imprescindível entender que a principal contribuição da ATER deve ser voltada para o desenvolvimento rural sustentável, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da população rural. Neste sentido, uma visão capitalizada da Agroecologia promovida pelo agricultor familiar no Amapá também é identificada dentro do corpo da assistência técnica, demonstrando o não conhecimento da cultura local e o pouco interesse para a superação das dificuldades às realidades locais, trazendo a Agroecologia a um plano reducionista e mercantilizado, no que se refere a comercialização do produto.

Estas diferentes concepções de desenvolvimento rural resultam num choque ideológico entre os defensores da assistência técnica convencional e os defensores de uma assistência técnica com olhar sociocultural, focada nas realidades locais, na promoção da autonomia comunitária e norteadora por princípios agroecológicos. Por isso é importante o diálogo em torno dessa nova concepção de serviços de ATER para a coalizão de interesses, para que se tenha, como norteador das atividades, um conjunto de princípios e diretrizes que na essência apontem para a gestão participativa e emancipatória dos agricultores assistidos, no reconhecimento das ofertas de produção agroecológicas locais e de produção como o principal recurso para a promoção do desenvolvimento sustentável (GOLLO e OLIVEIRA, 2021).

Neste quesito, com base na perspectiva do agricultor familiar, levantada nas entrevistas com as lideranças dos agricultores locais, o apoio da assistência técnica foi considerado crucial para o desenvolvimento de canais de vendas para os produtos agroecológicos. “Foi pelo SEBRAE que eu aprendi a vender [...] me ajudou a entender que nossas práticas são agroecológicas, são produtos diferenciados, ensinou a trabalhar em cooperação, e não com competição” (relato pessoal de 02, 2021). “Eles e a EMBRAPA dão curso de biofertilização, de compostagem orgânica, tudo para melhorar nossa produção” (relato pessoal de 03, 2021). “Eles tão aqui toda semana com a gente. E quando não vêm, eles ligam para saber se estamos precisando de algo” (relato pessoal de 05, 2021). Ainda, “O SEBRAE está aqui toda semana ensinando, ajudando. A gente vê aqui a RURAP como um prédio abandonado. Já viajei para

outros estados para aprender a vender, a fazer feiras itinerantes, tudo com a ajuda do SEBRAE, mas o MAPA, RURAP e a SDR não ajudam” (relato pessoal de 05, 2021).

Estes relatos transbordam uma visão de ATER em somente formar feiras, deixando a mercê a busca por uma produção com capacitação e organização social dos agricultores, visando a transição agroecológica, o acesso aos mercados diferenciados (ASSIS, PIRAUX e AZEVEDO, 2019; GUÉNEAU et al., 2019b). Mesmo assim, alguns dos assistencialistas de ATER entrevistados, entendiam que a assistência técnica deveria ir além da criação de canais de venda, quando relataram que entendiam que, na essência, “a PEAPO seria capaz de promover uma transição para novos padrões de produção e de consumo no estado, a partir da velha produção, fortalecendo o agricultor familiar” (relato pessoal de A, 2021), e de “formalizar o mercado informal já existente” (relato pessoal de C, 2021), dada a “crescente exigência da sociedade, no que diz respeito ao consumo diário de alimentos saudáveis” (relato pessoal de E, 2021).

No grupo que trabalhou o eixo ensino, pesquisa e assistência técnica rural nas audiências, foram identificadas dificuldades em contabilizar o que era produzido nas unidades familiares. Isso, de acordo com o grupo, é consequência da ausência de capacitação técnica para calcular produção, custos associados e receita para gerir a atividade. Dessa forma, mais uma vez foram apresentadas as necessidades de ATER mais ativas e, principalmente, periódicas nas comunidades, neste quesito. Segundo a visão dos líderes da agricultura familiar do estado, “[...] falta políticas públicas voltadas para nós [...] a RURAP/SDR não nos ajuda muito, tem pouca gente lá. Eles são muito ausentes aqui” (relato pessoal de 01, 2021).

No eixo convênios, termos de cooperação e avaliação da conformidade da produção orgânica, foi avaliada, nas audiências, a importância da viabilização da implantação de um SPG ou OCS para possível garantia da qualidade da produção orgânica ao consumidor, ou criação de um selo verde regional. Esse tema também foi apresentado nas entrevistas com a liderança agrícola local: “O SEBRAE está nos ajudando a formar uma OCS, a gente sabe que é agroecológico, agora a gente quer se enquadrar na produção orgânica. A gente tem

dificuldade na papelada [...]. É muita coisa, e só quem ajuda a gente é o SEBRAE” (relato pessoal de 05, 21021). O eixo medidas fiscais e tributárias foi o que apresentou o menor número de contribuições nas audiências, o que o assistencialista Entrevistado I (2021) associa ao fato de o tema não fazer parte do cotidiano das pessoas. Outras contribuições fundamentais foram sugeridas, para serem inseridas no PL: criação de linhas de crédito destinadas à mulher; criação de polos de assistências fiscal e tributária, para orientação aos agricultores; e apoio a associações e a cooperativas, para a elaboração de projetos para requerimento de fundos governamentais e não governamentais.

Por fim, apesar de ter sido um processo complexo de diálogo, a SDR, junto da EMBRAPA, viabilizou e coordenou a participação de agricultores familiares de todos os municípios do estado do Amapá e, a partir de todas as sugestões, gerou-se a última proposta do PL, que se encontra pronta, atualmente, aguardando a aprovação da Assembleia Legislativa do Estado. Ao final, a construção da PEAPO durou três anos, desde sua idealização até seus debates nas audiências públicas. Esta demora foi associada, pelos entrevistados, ao fato de os órgãos rurais e ambientais do Amapá estarem desordenados: “[...] e só não foi mais longo porque houve incentivo da EMBRAPA subsidiando pesquisas e fornecendo dados para a estruturação do PL junto da SDR” (relato pessoal de 01, 2021).

A participação da sociedade na criação da CPOrg-AP e na construção do PL, para a institucionalização da PEAPO-AP, foi um grande desafio enfrentado, dado que os mecanismos de envolvimento não se mostraram totalmente eficazes em garantir a presença dos diferentes atores nos espaços de discussão, inicialmente. Em uma das entrevistas com representantes da ATER, foi colocado que, “[...] apesar de se enxergarem como sujeitos da cultura agroecológica, ainda é muito frágil o diálogo entre nós e os agricultores familiares para fortalecer qualquer que seja a produção que precisa ser fortalecida” (relato pessoal de C, 2021). Mas, apesar das dificuldades iniciais apresentadas, quando a sociedade finalmente participou ativamente no processo, emancipando seus saberes locais, a institucionalização da Agroecologia foi finalmente democratizada, como um passo na trajetória de reconhecimento de suas reivindicações locais.

CONCLUSÕES

A experiência do Amapá nas construções da PEAPO e da CPOrg mostra que os processos de articulações populares são fundamentais para a efetivação de políticas públicas, pois somente quando as participações sociais foram articuladas, houve um engajamento institucional agroecológico no estado. Apesar de o processo de construção deste ambiente institucional ter sido iniciado pela EMBRAPA e SDR no estado, a participação dos agricultores familiares das regiões foi de fundamental importância, porque permitiu que suas práticas e seus saberes locais ultrapassassem os limites das comunidades rurais e que passassem a dialogar com os conhecimentos técnicos e científicos, a partir das audiências públicas, fortalecendo sua reprodução social.

Como aconteceu em outros estados, o processo de construção e políticas públicas no estado do Amapá foi marcado por controvérsias, dado coexistência de atores com interesses e concepções distintas com relação à Agroecologia e ao desenvolvimento rural sustentável. Mas, mesmo diante de todas as diferenças, a PEAPO-AP foi construída a partir de coalizões entre os envolvidos, levando-se em consideração os saberes locais, utilização de tecnologias e recursos locais e aspectos socioculturais como uma prática de produzir alimentos, associados a um movimento contra hegemônico.

As políticas para a Agroecologia no Amapá não foram gestadas em gabinetes; elas nasceram nas comunidades locais, a partir de mercados territoriais e diversos. A história de formação das políticas públicas voltadas para os movimentos agroecológicos no Amapá pode, portanto, ser vista como uma história de construção de mobilizações e de movimentos populares, ancorados pelo apoio de órgãos engajados na causa. Essa história é pautada nos conhecimentos tradicionais, e a população local está cada vez mais participativa na vida política e na construção de políticas públicas na Amazônia.

A Agroecologia é promovida em territórios, organizando sistemas alimentares, que se articulam entre si, localmente, a partir de práticas emancipatórias. É necessário que estas experiências sejam interpretadas à luz do conhecimento trazido pelas comunidades, para

motivar esta produção de experiências e se tornar uma política. As práticas agroecológicas dos agricultores familiares são parte da cultura e do conhecimento acumulado destas comunidades. Os sistemas alimentares que evoluíram e que se consolidaram nestas comunidades incorporam saberes, que são integrados ao ambiente e fontes de autonomia para as famílias de produtores. Os promotores institucionais e, principalmente, os formuladores de políticas agroecológicas precisam buscar caminhos de diálogo com estes saberes locais. Esta articulação é fundamental, pois, se não houver políticas para a Agroecologia, as práticas agroecológicas ficarão confinadas aos seus territórios, impedindo sua disseminação. Contudo, ainda se fazem necessários a execução e o monitoramento de tais políticas, com a coordenação do Estado, bem como a maior integração do território e o maior controle social, quanto ao manejo dos recursos naturais da região. Ainda, é necessário, para estas políticas públicas, o empoderamento das populações tradicionais, em especial das lideranças locais e dos mecanismos de controle social ou comunitário. Somente assim o conhecimento ancestral será capaz de promover o novo ambiente institucional.

AGRADECIMENTOS

Aos envolvidos na assistência técnica do estado e aos líderes comunitários. Em especial, ao Marcelo (*in memoriam*), servidor público Técnico Assistencialista da RURAP, que tanto contribuiu para esta pesquisa. Agradecimentos à CAPES e ao CNPq. Agradecimentos aos dois revisores anônimos do trabalho.

REFERÊNCIAS

ASSIS, William S. de; PIRAUX, Marc; AZEVEDO, Hueliton P. Dissonâncias do estado do Pará entre a inexistência da PEAPO e a trajetória rica da agroecologia. In: SABOURIN, Eric; GUÉNEAU, Stéphane; COLONNA, Julianna; SILVA, Luiz R. T. da. (Eds.). **Construção de políticas estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: avanços, obstáculos e efeitos das dinâmicas subnacionais**. Curitiba: Editora CRV, 2019. p. 141-162.

CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**, p. 166, 2004.

CHECHI, Letícia A. Iniciativas do Estado e da Articulação Nacional de Agroecologia na construção da PNAPO

e das PLANAPÓS. **Extensão Rural (CCR) - UFSM**, v. 24, n. 4, p. 48–64, 2017.

CORREA, Leandro R. da C; NETO, José G. F.; RATO, Márcio L. F.; COSTA, Malcon do P. Olhar sociocultural para a promoção da extensão rural agroecológica na Amazônia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 15, n. 5, p. 155–166, 2020.

COSTA, Francisco de A. Políticas Públicas e dinâmica agrária na Amazônia: dos incentivos fiscais ao FNO, um capítulo de história econômico-social contemporânea. **Papers do NAEA**, v. 145, p. 1–30, maio 2000.

FERNANDES, Bernardo. M. **Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar**. Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. **Anais...** João Pessoa: AGB, 2002.

FRANCIS, Charles; LIEBLEIN, Geir; GLIESSMAN, Stephen; BRELAND, Tor A.; CREAMER, Nancy; HARWOOD, Richard; SALOMONSSON, Lennart; HELENIUS, Juha; RICKERL, Diane; SALVADOR, Ricardo; WIEDENHOEFT, Mary; SIMMONS, Steves; ALLENS, Patricia; ALTIERI, Miguel; FLORA, Cornelia; POINCELOT Raymond. Agroecology: The ecology of food systems. **Journal of Sustainable Agriculture**, v. 22, n. 3, p. 99–118, 2003.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecology: The ecology of sustainable food systems**. 2. ed. New York: 1998.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em Agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

GOLLO, Alexandre. M. L.; OLIVEIRA, Marcelo. L. R. de. Capacitação de agentes de ATER em processos de formação em agroecologia na Região Sudeste do Brasil. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 2, p. 1–19, 2021.

GUÉNEAU, Stéphane; SABOURIN, Eric; NIEDERLE, Paulo A.; COLONNA, Julianna; STRAUCH, Guilherme de F. E.; PIRAUX, Marc; LAMINE, Claire; ASSIS, Willian S. de; ÁVILA, Mario L.; CANAVESI, Flaviane de C.; TAVARES, Edson D.; BARBOSA, Yamira R. de S; SCHMITT, Claudia J. A construção das políticas estaduais de agroecologia e produção orgânica no Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 14, p. 7–21, maio 2019a.

GUÉNEAU, Stéphane; SABOURIN, Eric; COLONNA-LUIZ, Juliana; TADEU, Raimundo; NIEDERLE, Paulo A.; ÁVILA, Mario L.; PIRAUX, Marc. Rumos, ensinamentos e perspectivas para políticas estaduais de agroecologia e produção orgânica. In: SABOURIN, Eric; GUÉNEAU, Stéphane; COLONNA, Julianna; SILVA, Luiz R. T. da. (Eds.). **Construção de políticas estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: avanços, obstáculos e efeitos das dinâmicas subnacionais**. Curitiba: Editora CRV, 2019b. p. 245–266.

MATTOS, Luciano; BRONDIZIO, Eduardo; ROMEIRO, Ademar; ORAIR, Rodrigo. Agricultura de pequena escala e suas implicações na transição agroecológica da Amazônia brasileira. **Amazônica 2**, v. 2, p. 264–292, dez. 2010.

MÉNDEZ, V. Ernesto; BACON, Cristopher. M.; COHEN, Roseann. Agroecology as a transdisciplinary, participatory, and action-oriented approach. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 37, n. 1, p. 3–18, 2013.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Brasil recebe prêmio da FAO: Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica foi destaque em seleção que envolveu 51 iniciativas de 21 países.** Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/informma/item/15148-brasil-recebe-prêmio-da-fao-por-agroecologia.html#:~:text=Brasília – O Brasil foi premiado,promoção da agroecologia do mundo>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

NIEDERLE, Paulo A.; PETERSEN, Paulo; COUDEL, Emilie; GRISA, Catia; SCHMITT, Claudia; SABOURIN, Eric; SCHNEIDER, Evandro; BRANDENBURG, Alfio; LAMINE, Claire. Ruptures in the agroecological transitions: institutional change and policy dismantling in Brazil. **Journal of Peasant Studies**, n. May, p. 1–24, 2022.

NIEDERLE, Paulo. A.; SABOURIN, Eric; SCHMITT, Claudia; ÁVILA, Mario L. de; PETERSEN, Paulo.. A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia. **Redes**, v. 24, n. 1, p. 270–291, 2019.

PETERSEN, Paulo.; WEID, Jean. M. V .D.; FERNANDES, Gabriel. B. Agroecologia: reconciliando agricultura e natureza. **Informe Agropecuário**, v. 30, n. 252, p. 1–9, 2009.

ROSSET, Peter; ALTIERI, Miguel. **Agroecología: ciencia y política**. 3. ed. Riobamba (Ecuador): 2018.

SÁ, Tatiana D.; SILVA, Regina O. da. Para além do interdisciplinar: a agroecologia como uma perspectiva transdisciplinar para a agricultura na Amazônia. In: VIEIRA, Ima. C. G.; TOLEDO, Peter. M. de; JUNIOR, Roberto. A. O. S. (Eds.). **Ambiente e sociedade na Amazônia: uma abordagem interdisciplinar**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p. 379–478.

SABOURIN, Eric. P.; SILVA, Luis. R. T. da; AVILA, Mário L. de. Construção da Política de Agroecologia e produção orgânica no Distrito Federal. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 14, p. 35–50, 2019.

SAMBUICHI, Regina. H. R.; SPÍNOLA, Paulo A. C.; MATTOS, Luciano M. de; ÁVILA, Mário L.; MOURA, Iracema F. de; SILVA, Ana P. **Análise da construção da política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

TOLEDO, Victor. M. La memoria tradicional: la importancia agroecológica de los saberes locales. **Leisa**, v. 20, n. 4, p. 16–19, abr. 2005.

TROVATTO, Cassio. M. M.; BIANCHINI, Valter; SOUZA, Claudia de; MEDAETS, Jean P.; RUANO, Onaur. A construção da Política Nacional de Agroecologia e produção Orgânica: um olhar sobre a gestão do primeiro Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. In: SAMBUICHI, Regina H. R.; MOURA, Iracema M. de; ÁVILA, Mário L. de; SPÍNOLA, Paulo A. C. SILVA, Ana P. M. da (Eds.). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: Gráfica Color, 2017. p. 87–113.

WANDERLEY, Maria de N. B. O Campesinato Brasileiro : uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR)**, v. 52, n. 1, p. S025–S044, 2014.